

## Com pauta trancada, Senado reabre atividades

Depois de votar duas medidas provisórias e um projeto de lei, Plenário pode examinar proposta que simplifica o divórcio. Dilma Rousseff leva mensagem de Lula à solenidade de reabertura dos trabalhos do Congresso Nacional. **4 e 5**



Ano Volpe

### *Especial Cidadania* mostra como atuam os agentes de saúde

Presentes em todo o país, os quase 240 mil agentes comunitários de saúde são reconhecidos pela importância de seu trabalho na prevenção de doenças, mas os baixos salários impõem limites a

essas ações. A fixação de um piso salarial nacional para a categoria pode alterar essa realidade, como mostra o *Especial Cidadania*, que passa a circular às terças-feiras no **Jornal do Senado**. **8**



José Sarney, Luiz Inácio Lula da Silva e Gilmar Mendes ressaltam independência e harmonia entre os três Poderes

### Judiciário dá início aos trabalhos deste ano

O ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal, abriu o ano judiciário em solenidade que contou com a presença de Lula e

José Sarney, presidentes da República e do Congresso. Os três enfatizaram a ajuda mútua entre os Poderes e a redução da morosidade da Justiça. **3**

J. Freitas

### "Ponto eletrônico prestigia servidores", afirma Heráclito

O controle de presença por meio do ponto eletrônico tem como objetivo "fazer justiça e prestigiar os servidores da instituição", afirmou ontem o 1º secretário do Senado, Heráclito

Fortes. Ele adiantou que a Secretaria Especial de Informática (Prodasen) encaminhará hoje um relatório de avaliação sobre o primeiro dia de funcionamento do novo sistema. **2**



Jonas Pereira

Heráclito deve receber relatório sobre funcionamento do novo sistema

Comissão examina estímulo a embalagem biodegradável **7**

Nova Lei do Inquilinato premia bons pagadores **6**

Projeto cria representação de empregados em empresas **7**

O 1º secretário do Senado afirma que tem encontrado dificuldades na implantação dos novos controles, mas assegura que o registro de presença ainda vai evoluir para o sistema biométrico, já adotado para servidores terceirizados

## Heráclito: ponto eletrônico é medida justa e prestigia servidores do Senado

O 1º SECRETÁRIO do Senado Federal, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), disse ontem que o controle de presença do ponto eletrônico tem como objetivo “fazer justiça e prestigiar os servidores da instituição”. Ele adiantou que a Secretaria Especial de Informática (Prodasen) encaminhará hoje um relatório sobre o primeiro dia de funcionamento do novo sistema para que mudanças necessárias possam ser feitas.

– É preciso compreender que qualquer medida de ajuste não é um recuo, mas um avanço – afirmou, referindo-se ao fato de que, desde ontem, a assinatura em folhas de ponto de papel está sendo substituída pela inserção de senha eletrônica na rede intranet.

Heráclito salientou que tem encontrado dificuldades na implantação dos novos controles, mas garantiu que o ponto eletrônico em computador evoluirá para o sistema biométrico – reconhecimento por impressão digital. O parlamentar anunciou que, no momento, o Senado está pesquisando a melhor tecnologia disponível e abrirá licitação para compra do equipamento no início de março. Também será feito um levantamento sobre os locais



Heráclito disse que Prodasen apresentará relatório e que qualquer medida de ajuste é avanço e não recuo

mais apropriados para a instalação dos aparelhos biométricos. Alguns já estão instalados nas dependências da Casa e colhem os registros de presença dos servidores terceirizados.

O 1º secretário observou que a mudança decidida é profunda e envolve diversas categorias profissionais que têm regulação própria. Os gabinetes,

ressalvou, permanecem com sua autonomia garantida, mas os senadores serão responsáveis pelo controle do horário dos seus contratados.

– Há um ano estamos correndo atrás do prejuízo. É complicado, mas estamos perseguindo a transparência – assegurou.

Heráclito disse ainda que o pagamento de horas extras só

será efetuado quando o servidor tiver cumprido sua jornada de trabalho. Ele criticou declaração do presidente do sindicato dos servidores do Legislativo (Sindilegis), Magno Antonio de Mello, que teria dito que entraria na Justiça contra o ponto eletrônico. Segundo o senador, Magno foi o maior incentivador do novo sistema.

## Para Sarney, medida deve ser adotada por toda a Casa

O presidente do Senado, José Sarney, opinou ontem que o ponto eletrônico adotado na Casa deve ser extensivo a todos os servidores. Ele disse, no entanto, não conhecer em detalhes a maneira como foi feita a instituição do ponto eletrônico e afirmou que apoiará a decisão do 1º secretário, senador Heráclito Fortes (DEM-PI).

– Estou esperando o 1º secretário chegar e naturalmente examinar mais detalhadamente o assunto com ele – disse o senador em resposta a jornalistas sobre a razão por que foram abertas exceções em relação ao ponto eletrônico.

O presidente afirmou também que a adoção do ponto eletrônico esteve aos cuidados da Primeira-Secretaria e da Diretoria-Geral do Senado, responsáveis pela administração da Casa.

Sobre a possibilidade de o Senado voltar atrás nas exceções definidas até agora, Sarney defendeu a necessidade de ajustar, por exemplo, a verificação de presença dos cargos do serviço médico, por exemplo.

– O objetivo é ver uma maneira, depois da votação do plano de carreira, de poder eliminá-las [as exceções].

No que diz respeito às expec-

tativas para o ano legislativo que tem início hoje, Sarney afirmou que os senadores deverão concluir a votação do Código de Processo Penal, na sua opinião, a matéria mais importante em pauta.

Sarney mencionou que a agenda do Senado está bloqueada por medidas provisórias, mas disse esperar que as propostas mais importantes sejam votadas “antes que o ano eleitoral comece na realidade”.

### Petrobras

Sobre possíveis reações quanto à decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de retirar do Orçamento da União restrições a repasses para obras da Petrobras, Sarney disse que, de acordo com a Constituição, o presidente da República tem o direito de veto e o Congresso, o de examinar o veto.

No que se refere ao pedido do ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, de que os projetos do pré-sal sejam votados neste primeiro semestre, Sarney declarou que isso vai depender das forças políticas, das lideranças e do próprio Plenário.

– Não é uma coisa que dependa do presidente – avaliou.



Sarney diz que Senado deve concluir votação do Código do Processo Penal

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Congresso inicia ano legislativo

O Congresso abre o ano legislativo a partir das 11h, no Plenário da Câmara. A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, será a portadora da mensagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Discursarão os presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes; da Câmara, Michel Temer; do Senado, José Sarney; e o 1º secretário do Congresso, deputado Rafael Guerra, que lerá a mensagem presidencial.

### Senado realiza sessão não deliberativa

O presidente do Senado, José Sarney, que preside, às 11h, a solenidade de abertura da sessão legislativa, comanda às 14h sessão não deliberativa no Plenário do Senado.



Marco Maciel quer facilitar a presença de líderes e do povo nas solenidades

## PEC propõe novo dia para posse no Executivo

O próximo presidente da República, o vice-presidente, os governadores e respectivos vices, bem como os prefeitos e vice-prefeitos eleitos em 2008, poderão ganhar um dia a mais de mandato. É o que ocorrerá se proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Marco Maciel (DEM-PE), a PEC 51/06, for aprovada. A proposta transfere de 1º de janeiro para o dia seguinte, 2, a posse dos novos mandatários do Executivo.

A proposta original de Marco Maciel era mudar a posse para 3 de janeiro, para facilitar a presença de líderes brasileiros e estrangeiros, além da própria sociedade, nas cerimônias. A data foi alterada para o dia 2 durante análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

“As democracias não existiriam sem a Justiça. Por isso, o Supremo ocupou o lugar, nas democracias modernas, de Poder estabilizador”, disse Sarney



O início dos trabalhos judiciais reuniu os chefes dos três Poderes em solenidade realizada no Supremo. Lula, Gilmar Mendes e Sarney ressaltam esforço de tornar Justiça mais ágil e acessível

## STF inicia ano com foco na busca de transparência

A ABERTURA DO ano judiciário de 2010 reuniu na manhã de ontem, no Supremo Tribunal Federal (STF), os chefes dos três Poderes da República. Eles elogiaram a independência e a harmonia existentes hoje entre Executivo, Legislativo e Judiciário, destacando também os avanços alcançados pela Justiça no ano de 2009. O evento contou com a presença dos presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva; do STF, ministro Gilmar Mendes; do Congresso Nacional, José Sarney; e da Câmara dos Deputados, Michel Temer.

Para Sarney, a presença das autoridades dos três Poderes demonstra à nação a força dessa harmonia e do equilíbrio que rege a atuação das instituições.

– É, por outro lado, a explicitação ao povo brasileiro da consolidação de nosso regime democrático, forte e exemplar na submissão às leis sob a égide da Constituição que tem aqui [no STF] a sua guarda – afirmou Sarney.

Para ele, o trabalho da Suprema Corte é a mais importante e responsável função pública de uma República, já que a ela cabe a última palavra sobre o que seja a lei.

– As democracias não existiriam sem a Justiça. Por isso, o Supremo Tribunal ocupou o lugar, nas democracias modernas, de Poder estabilizador. Quando ele falha ou se omite, rompe-se o tecido social, as instituições sofrem e surgem outras tentações – disse o senador.

Sobre a atuação do Judiciário, Sarney destacou a concretização de várias metas firmadas no Pacto Republicano, em especial as resultantes de 12 projetos aprovados pelo Congresso Nacional em 2009. O senador enumerou a estruturação da Defensoria Pública da União; a criação de um cadastro centralizado de crianças e adolescentes desaparecidos; a tipificação do crime de sequestro-relâmpago; a revisão da legislação sobre crimes sexuais; e a regulamentação do mandado de segurança coletivo. A aprovação da Emenda Constitucional 61, que trata do Conselho Nacional de Justiça, também foi destacada pelo presidente do Senado.

– Os mutirões, as medidas de modernização e informatização

e o desejo de inovação que se verifica em todos os setores jurisdicionais mostram o novo clima que vive a Justiça brasileira – avaliou Sarney.

### Transparência

A mesma tônica permeou os discursos do presidente Lula, do ministro Gilmar Mendes e do deputado Michel Temer.

O presidente do STF ressaltou a busca pela transparência no Judiciário, com o maior uso de tecnologia da informação e a ampliação do acesso à Justiça. Segundo o ministro, a tão criticada morosidade do Judiciário hoje é mais pontual. Ele também aplaudiu a ajuda mútua entre os Poderes e a atuação do Conselho Nacional de Justiça.

O presidente da República e

o presidente da Câmara, Michel Temer, citaram a importância da harmonia entre os Poderes para a consolidação da democracia e também reconheceram o engajamento dos magistrados e de todo o Poder Judiciário para tornar a Justiça mais acessível à população. O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, também discursou.

O Poder Executivo foi ainda representado na solenidade pelo vice-presidente da República, José Alencar, pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e pelos ministros da Justiça, Tarso Genro, e da Defesa, Nelson Jobim. Todos os ministros dos tribunais superiores participaram do evento e ainda o núncio apostólico no Brasil, dom Lorenzo Baldisseri.

## Projeto impõe regras para pesquisas 15 dias antes das eleições

Nos 15 dias que antecedem a realização de eleições, fica proibida a divulgação de pesquisas eleitorais cuja margem de erro seja superior a um ponto percentual. É o que propõe o projeto do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), que tramita em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), tendo como relator o senador Valter Pereira (PMDB-MS).

A proposta (PLS 366/09) altera a chamada Lei das Eleições (Lei 9.504/97), mas, caso seja

aprovada este ano, não valerá para o pleito de outubro. Segundo Jarbas, nos últimos anos “têm-se visto inúmeros casos de divulgação de pesquisas que em nada representavam a vontade popular”.

O projeto de Jarbas Vasconcelos modifica a Lei das Eleições e estabelece que, nos 15 dias anteriores à data de eleição, “não se admitirá o registro de pesquisa cuja margem de erro seja superior a um ponto percentual ou cujo intervalo de confiança seja inferior a 97%”.

A mesma regra valerá para as pesquisas “cujo último dia do período de realização ou a data de sua divulgação situem-se nos 15 dias anteriores à eleição”.

Entidades ou empresas que realizem pesquisa de opinião pública sobre as eleições ou candidatos não poderão, “desde o dia 10 de junho do ano em que se realizarem as eleições”, prestar serviços de assessoria política ou de imagem aos candidatos, partidos e coligações (ou a empresas e instituições a eles ligadas). Do registro de

pesquisas eleitorais deverá constar o nome do diretor-técnico responsável.

O senador explica ainda que a ideia do projeto é punir com maior rigor quem divulga pesquisa sem o devido registro ou “deturpa os dados com vistas à manipulação do pleito”.

No primeiro caso, a multa fixada é de R\$ 50 mil a R\$ 300 mil. Para o caso de pesquisas fraudulentas ou adulteradas, a pena é maior: de um a dois anos de detenção, além de multa de R\$ 50 mil a R\$ 300 mil. Os



Jarbas quer punir quem deturpa pesquisas para manipular eleições

reincidentes poderão ser condenados a penas em dobro, além de proibição de divulgar novas pesquisas.

Uma das medidas provisórias com preferência de votação pelo Plenário do Senado destina dinheiro aos ministérios da Saúde e dos Transportes para o desenvolvimento de ações de combate à gripe suína; a outra concede crédito à Caixa Econômica Federal para aumento da capacidade de empréstimo da instituição

# Pauta está trancada por duas MPs e um projeto

O ANO LEGISLATIVO começa com duas medidas provisórias e um projeto de lei trancando a pauta do Plenário. Os senadores precisam votar antes essas matérias para que possam analisar outras propostas. As medidas provisórias tratam da abertura de créditos extraordinários: a MP 469/09 destina R\$ 2,17 bilhões aos ministérios da Saúde e dos Transportes para o combate à gripe suína, enquanto a MP 470/09, que foi transformada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 18/09, prevê, entre outras medidas, um crédito de R\$ 6 bilhões para a Caixa Econômica Federal.

Também tem preferência de votação pelo Plenário o Projeto de Lei 280/09, que tramita na Casa em regime de urgência. Essa proposta trata da formação mínima (nível médio ou nível superior) a ser exigida dos professores do ensino básico.

Há ainda uma outra medida provisória na ordem do dia – a MP 471/09 – que, entretanto, não impede outras votações. Ela prevê a concessão, entre 2011 e 2015, de incentivos fiscais a montadoras e fabricantes de veículos instalados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Se não for votada até 16 de fevereiro, ela passará a trancar a pauta.

## Gripe suína

O dinheiro destinado ao Ministério da Saúde foi utilizado na compra, produção e distribuição de vacinas contra a gripe suína, na ampliação de leitos de UTI e no fortalecimento das equipes do Programa Saúde da Família. Também está sendo utilizado, entre outras ações, em campanhas publicitárias e capacitação de recursos humanos. Em relação à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), possibilitará o fortalecimento do controle em portos, aeroportos e fronteiras.

No que se refere ao Ministério dos Transportes, os recursos liberados pela MP visam ao aparelhamento da sala para acompanhamento e divulgação da pandemia de gripe suína, com a compra de mobiliários e equipamentos de informática e câmeras de segurança, capacitação de servidores e aquisição de materiais de proteção individual.

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, justificou a necessidade de abrir o crédito extraordinário por medida provisória tendo em vista a situação de emergência de saúde pública de "importância internacional", estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) devido ao aumento dos casos de contágio e morte pela transmissão do vírus Influenza A, H1N1. O ministro alega que as despesas são "imprescindíveis" às ações

dos dois ministérios para prevenção, preparação e combate à pandemia.

## Caixa

O objetivo do crédito de R\$ 6 bilhões à Caixa Econômica Federal, por meio da MP 470/09, é permitir que o banco aumente sua capacidade de empréstimo. O texto foi aprovado como projeto de lei de conversão, já que os deputados alteraram a MP original. Uma das mudanças prevê que a União transfira R\$ 1 bilhão ao Banco do Nordeste com a mesma finalidade do repasse à Caixa.

Ambas as transferências serão enquadradas como "instrumento híbrido de capital e dívida", conforme regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) para evitar que os bancos saiam dos limites estabelecidos para o sistema financeiro no que diz respeito ao montante de empréstimos tomados em relação ao patrimônio líquido.

## Crédito-prêmio

A Câmara também promoveu alterações nas regras para pagamento do crédito-prêmio do IPI, cujo aproveitamento depois de 1990 é alvo de disputa judicial. Os deputados aprovaram a inclusão da possibilidade de os beneficiados com sentença transitada em julgado receberem os créditos em dinheiro. Isso valerá para os créditos aproveitados até 5 de outubro de 1990, de acordo com decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou extinto o benefício a partir dessa data por não ter sido renovado por lei específica dois anos após a promulgação da Constituição de 1988.

O montante, segundo a proposta, será restituído em até 12 parcelas, corrigidas pela taxa Selic. As empresas que aproveitaram créditos depois de 1990, o que foi considerado ilegal e gerou débito com a Fazenda federal, poderão pagar ou parcelar a dívida em 12 prestações mensais.

Conforme o texto da Câmara, o prazo para adesão ao parcelamento será estendido para 30 dias depois da publicação da lei. Quem aderir ao parcelamento terá a anistia das multas e de outros encargos.

O crédito-prêmio foi um incentivo fiscal criado em 1969, por meio do qual as empresas fabricantes de produtos manufaturados obtinham um crédito tributário adicional sobre as vendas feitas ao exterior para abater do valor a pagar de IPI sobre as operações no mercado interno.

O governo argumenta que o incentivo acabou em 1983, mas as empresas conseguiram liminares para continuarem usando o benefício. O STF já decidiu que o direito ao crédito foi extinto

em 1990, mas há uma discussão na Justiça sobre o que fazer com os créditos usados a partir daquele ano até 2003.

A contenda envolve créditos estimados em R\$ 200 bilhões pelo governo e em cerca de R\$ 60 bilhões pelos empresários. O assunto voltou a ser discutido por meio de MP depois de o presidente da República vetar duas vezes artigos incluídos pelo Parlamento em outras MPs (460/09 e 462/09).

## Montadoras

Com relação à concessão de incentivo fiscal a montadoras e fabricantes de veículos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, entre 2011 e 2015, as empresas beneficiadas terão direito de apurar o crédito presumido do IPI como ressarcimento de seus pagamentos ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

O crédito será decrescente, anualmente multiplicado pelo valor das contribuições devidas, decorrentes das vendas no mercado interno. Em 2011, as contribuições devem ser multiplicadas por 2 para calcular o crédito. O índice diminuirá para 1,9 em 2012; 1,8 em 2013; 1,7 em 2014; e 1,5 em 2015.

No caso de empresa sujeita ao regime de apuração não cumulativa do PIS/Pasep e da Cofins, o crédito será calculado com base no valor das contribuições devidas. A empresa deverá apurar separadamente os créditos decorrentes dos custos, despesas e encargos vinculados às receitas auferidas com a venda no mercado interno e os créditos decorrentes dos custos, despesas e encargos vinculados às receitas de exportações.

## Docentes

Encaminhado pelo governo com o caráter de urgência, o PLC 280/09 exige formação de nível superior para os professores da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio), alterando o 1º secretário do Congresso lerá a mensagem do presidente da República. A solenidade prossegue com os pronunciamentos de Temer e de Sarney, que encerrará a sessão.

Foram convidados para a cerimônia todos os ministros e governadores de Estado, além do vice-governador do Distrito Federal, Paulo Octávio. Também devem comparecer ao evento embaixadores, autoridades militares, diplomáticas e do governo federal.

Terminadas as honras militares, Sarney segue para o Plenário, onde entrará acompanhado dos líderes partidários na Câmara e no Senado – que o estarão esperando no Salão Negro – e dos presidentes da Câmara e do Supremo Tribunal Federal, que aguardarão o presidente do Senado no Salão Nobre. Todos se reunirão à ministra Dilma Rousseff, que já estará no Plenário da Câmara dos Deputados.

Após a execução do Hino Nacional e ainda na área externa do Congresso, o comandante da Guarda de Honra do Batalhão da Guarda Presidencial recebe o presidente do Senado com um toque de saudação e, em seguida, conduz Sarney para que dê início à revista da tropa.

tério da Educação para estabelecer nota mínima no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como pré-requisito do ingresso em cursos de graduação para formação de docente.

O projeto acrescenta à LDB 11 princípios para que o ensino seja ministrado, entre os quais, a igualdade de condições para acesso e permanência na escola e respeito à liberdade e à tolerância, além da consideração à diversidade étnico-racial.

A relatora na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), senadora Fátima Cleide (PT-RO), apresentou emenda para que a formação dos profissionais da educação básica tenha carga horária inicial mínima de 400 horas para a prática de ensino ou estágio em atividades educativas.

## Congresso reabre trabalhos legislativos a partir das 11h

Quando o Congresso Nacional abrir oficialmente, hoje, a 4ª sessão legislativa ordinária da 53ª legislatura, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, será a portadora da oitava e última mensagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que deixa o governo no final deste ano.

A solenidade de abertura dos trabalhos legislativos, prevista para ocorrer a partir das 11h no Plenário da Câmara dos Deputados, contará com discursos do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes; do 1º secretário do Congresso, deputado Rafael Guerra, responsável pela leitura da mensagem presidencial; do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer; e do presidente do Senado, José Sarney.

Após o Hino Nacional, Sarney anunciará a entrega da mensagem presidencial e, em seguida, o presidente do STF fará seu discurso. Na sequência, o 1º secretário do Congresso lerá a mensagem do presidente da República. A solenidade prossegue com os pronunciamentos de Temer e de Sarney, que encerrará a sessão.

Terminadas as honras militares, Sarney segue para o Plenário, onde entrará acompanhado dos líderes partidários na Câmara e no Senado – que o estarão esperando no Salão Negro – e dos presidentes da Câmara e do Supremo Tribunal Federal, que aguardarão o presidente do Senado no Salão Nobre. Todos se reunirão à ministra Dilma Rousseff, que já estará no Plenário da Câmara dos Deputados.

Após a execução do Hino Nacional e ainda na área externa do Congresso, o comandante da Guarda de Honra do Batalhão da Guarda Presidencial recebe o presidente do Senado com um toque de saudação e, em seguida, conduz Sarney para que dê início à revista da tropa.

Terminadas as honras militares, Sarney segue para o Plenário, onde entrará acompanhado dos líderes partidários na Câmara e no Senado – que o estarão esperando no Salão Negro – e dos presidentes da Câmara e do Supremo Tribunal Federal, que aguardarão o presidente do Senado no Salão Nobre. Todos se reunirão à ministra Dilma Rousseff, que já estará no Plenário da Câmara dos Deputados.



Para que possa apreciar outras propostas, Plenário também precisa votar projeto do Poder Executivo sobre a formação (nível médio ou superior) a ser exigida dos professores da educação básica, que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio

## Em análise na Câmara, novo mínimo de R\$ 510 vai beneficiar 45,9 milhões

O Congresso analisa, a partir de hoje, a Medida Provisória (MP) 474/09, que reajustou o salário mínimo de R\$ 465 para R\$ 510. O texto está na Câmara e deverá chegar ao Senado até o dia 1º de março. O reajuste, de 9,68%, passou a valer no dia 1º de janeiro, seguindo o calendário da política de valorização do salário mínimo, negociada pelo governo com as centrais sindicais há dois anos.

O governo estima que 45,9 milhões de pessoas, entre trabalhadores, aposentados e pensionistas, serão beneficiados com o reajuste. Ainda segundo o Executivo, a medida beneficiará 27,5 milhões de trabalhadores formais (com carteira assinada), além dos informais.

O reajuste de 9,68% representa a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no período de fevereiro a dezembro de 2009, acrescido de aumento real de 5,64%. Com o aumento, o valor diário do salário mínimo passou a ser de R\$ 17 e o valor horário, R\$ 2,32. Em 2009, esses valores eram, respectivamente, de R\$ 13,83 e R\$ 1,89.

A MP é assinada pelos ministros do Planejamento, Paulo Bernardo, e da Previdência Social, José Barroso Pimentel, e pelo secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, André Peixoto Lima. Eles citam a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) realizada em 2008 para informar que os trabalha-

dores sem carteira assinada vêm recebendo até um salário mínimo e também deverão ser beneficiados pelo reajuste. Aos trabalhadores na ativa, somam-se ainda 18,4 milhões de aposentados e pensionistas da Previdência Social que recebem um salário mínimo.

O impacto do reajuste nos cofres da Previdência Social em 2010 foi estimado pelo governo em R\$ 7,8 bilhões. Os demais benefícios assistenciais mantidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) custarão R\$ 2 bilhões. Porém, o governo esclarece que os recursos já estão previstos no Orçamento deste ano.

## Novos reajustes

A MP estabelece ainda a regra para o reajuste do salário mínimo em 2011, que também vai vigorar a partir do dia 1º de janeiro. Tal reajuste será equivalente à variação acumulada do INPC acrescido da taxa de crescimento real do produto interno bruto (PIB) apurada em 2009, que, pelas projeções, será perto de 0%. Ainda assim, o Executivo alega que, dessa forma, pretende recompor gradualmente o valor do mínimo no país, preservando seu poder de compra.

Até 31 de março de 2011, o Executivo deverá encaminhar ao Congresso projeto de lei dispo sobre a política de valorização do salário mínimo para o período de 2012 a 2023, conforme a MP.

## Divórcio mais fácil ainda depende de uma segunda votação

Além das medidas provisórias e do projeto de lei em regime de urgência – que devem ser votados antes de qualquer outra proposta –, a pauta do Senado (veja manchete da página) traz a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 28/09, a "PEC do Divórcio", que acaba com a exigência de separação judicial prévia por mais de um ano ou de comprovação da separação "de fato" por mais de dois anos. A proposta, já aprovada em primeiro turno no início de dezembro, precisa passar por mais uma votação.

A PEC recebeu voto favorável do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Demostenes Torres (DEM-GO). O texto em análise no Senado é resultado de substitutivo da Câmara a duas propostas de emenda à Constituição – PEC 413/05, do deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), e PEC 33/07, do deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA).

– Com essa PEC, o divórcio pode ser feito a qualquer tempo, como acontece em qualquer lugar do mundo – disse Demostenes. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que a proposta foi apelidada de PEC do Amor, já que permite, após uma separação, a realização imediata de um novo casamento reconhecido pela lei.

Um dos poucos contrários à PEC, Marcelo Crivella (PRB-RJ) acredita que o prazo para reavaliação da conveniência do fim do casamento tinha o objetivo de garantir ao casal a oportunidade de pensar melhor.

– Se pudermos dissolver o casamento de um dia para o outro, estaremos colocando as mulheres, a parte mais frágil da relação, numa situação de insegurança – disse.

## PEC obriga presidente a levar mensagem anual ao Congresso

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, apresenta hoje ao Congresso Nacional a mensagem presidencial sobre a situação do país e os planos do governo para 2010. Mas a mensagem poderia ser lida em Plenário pelo próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, caso já estivesse em vigor proposta de emenda à Constituição do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) aprovada pelo Senado e ainda em tramitação na Câmara dos Deputados.

A proposta inclui entre as atribuições privativas do presidente da República a de "comparecer ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa, para apresentar mensagem e plano de governo, expondo a situação do país e suas metas para o cumprimento do disposto no artigo 3º da Constituição. Ou seja, para alcançar objetivos como os de construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento e erradicar a pobreza".

Atualmente, segundo a Constituição, o presidente da República deve apenas remeter mensagem e plano de governo ao Congresso, expondo a situação do país e "solicitando as providências que julgar necessárias". A proposta de mudança no texto constitucional foi aprovada em primeiro turno pelo Senado em fevereiro de 2005 e enviada à Câmara dos Deputados em março de 2007, após ser aprovada em segundo turno.

Na Câmara, a proposta já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e



Suplicy quer que presidente da República apresente plano de governo

Justiça e de Cidadania, mas ainda precisa ser analisada por uma comissão especial, antes de chegar ao Plenário, para dois turnos de votação, como prevê a Constituição. A comissão já foi criada, mas ainda não instalada, pois faltam as indicações de seus integrantes pelas lideranças partidárias. Uma vez instalada a comissão, ela terá o prazo de 40 sessões para aprovar um parecer a respeito da proposta.

Caso o texto venha a ser aprovado também pela Câmara, poderão repetir-se, em Brasília, cenas semelhantes à ocorrida na semana passada em Washington, quando o presidente norte-americano, Barack Obama, apresentou pessoalmente seu discurso sobre o estado da União ao Congresso dos Estados Unidos. Como ressaltou Obama no início de seu pronunciamento, essa é uma tarefa que vem sendo cumprida por diversos presidentes há nada menos que 220 anos. "Eles têm feito isso em momentos de prosperidade e tranquilidade", observou Obama. "E também em períodos de guerra e de depressão."



Fonte: www.portalbrasil.net

Por tratar inadimplentes com maior rigor e reduzir pela metade o prazo dos despejos, norma pode provocar um aumento no número de imóveis oferecidos pelos proprietários, barateando o valor de aluguéis

# Nova Lei do Inquilinato premia bom pagador e evita prejuízo a proprietário



**Agora é lei**

OS PROPRIETÁRIOS DE imóveis e os inquilinos que pagam o aluguel em dia contarão com mais garantias em lei. Entraram em vigor no fim de janeiro as modificações na Lei do Inquilinato, sancionada em dezembro pelo presidente Lula, com cinco vetos. Caracterizada pelo maior rigor com os inadimplentes e mais agilidade nos despejos, a nova legislação (Lei 12.112/09) poderá resultar em aluguéis mais baratos. A lei anterior estava em vigor havia 18 anos. O texto também ajusta a lei ao novo Código Civil.

A principal mudança está na velocidade dos despejos, cujo tempo médio deve cair de 14 meses para sete meses. Isso porque a nova lei simplifica os trâmites entre a decisão judicial e a saída do inquilino.

Atualmente, o inquilino inadimplente precisa ser notificado duas vezes antes de ser despejado. Caso o devedor consiga evitar o contato com o oficial de justiça, a desocupação é adiada. Além disso, basta comunicar a intenção de pagar o aluguel em atraso para impedir a remoção. Pelas novas regras, logo na primeira notificação, a Justiça dará 30 dias para o inquilino deixar o imóvel. Nos contratos sem fiador ou seguro-fiança, o prazo cai para 15 dias.

A expectativa é que a nova lei traga efeitos positivos para os cerca de 7 milhões de contratos existentes no país, graças à maior segurança jurídica aos locadores, sem ferir direitos dos inquilinos. Outra esperança é que as modificações contribuam para reduzir o déficit habitacional no país, calculado em cerca de 8 milhões de moradias, já que há cerca de 3 milhões de imóveis fechados pelo receio dos proprietários de sofrer prejuízos.

Uma das maiores contribuições da proposta é a segurança jurídica que trará ao setor imobiliário urbano, já que a precariedade nas relações entre inquilino e proprietário que existia até então desestimulava a locação de imóveis.

## Inovações da lei que entrou em vigor em janeiro

Item	Lei anterior	Lei 12.112/09
Responsabilidade pelo aluguel em caso de separação	Não prevista	É do cônjuge que permanecer no imóvel
Comunicação ao fiador da permanência de um dos cônjuges no imóvel	Não prevista	Obrigatória
Retirada da fiança em caso de separação	Não prevista	O fiador tem 30 dias para desistir, mas fica responsável pela fiança por mais 120 dias
Exigência de concordância do locador para cessão, sublocação ou empréstimo de imóvel não residencial	Não prevista	Obrigatória
Desistência do fiador da prestação da fiança no caso de prorrogação do contrato por tempo indeterminado	Não prevista	O locador poderá exigir nova garantia em até 30 dias, ficando o fiador atual responsável pela fiança por mais 120 dias
Citação do fiador na ação de despejo por dívida	Não prevista	Obrigatória
Expedição pelo juiz de mandado para despejo em 30 dias assim que for julgada procedente a ação	Não prevista	Obrigatória
Findo o contrato, desocupação em 15 dias, por liminar, em razão de proposta mais vantajosa ao locador	Não prevista	Para entrar com a ação, é exigida do locador caução de até 12 meses de aluguel
Liminar para desocupação em 15 dias em caso de: a) reparo urgente do imóvel; b) falta de nova garantia após desistência do fiador; c) fim da locação de imóvel não residencial; d) falta de pagamento, se o contrato não tiver garantias.	Não prevista	Prevista
Prazo para desocupação em caso de não renovação	180 dias	30 dias

A cobrança de multa de mora em caso de atraso no aluguel também mudou. Hoje, o inquilino pode atrasar o pagamento duas vezes a cada 12 meses sem pagar mora e ter ganho de causa na Justiça. Com a nova lei, o locatário só contará com o benefício uma vez a cada 24 meses.

Será possível ainda mudar de fiador na renovação do aluguel, o que era vedado pelas regras antigas. De acordo com o setor imobiliário, a medida deve aumentar o número de pessoas dispostas a serem fiadoras. No caso de mudança de fiador, o inquilino terá 30 dias para apresentar um substituto. Caso contrário, o contrato poderá ser encerrado. Com as modificações, a cobrança de caução volta a ser permitida.

Outra inovação é a possibilidade de contratos sem fiador

ou fiança, mas, nesse caso, a ação de despejo pode ser iniciada com o atraso de apenas um aluguel.

A renovação dos contratos comerciais também foi simplificada. Pela nova lei, o proprietário poderá dar 30 dias para o inquilino deixar o imóvel caso receba uma proposta melhor de aluguel ao fim do contrato. Atualmente, o comerciante pode questionar a revisão do valor do aluguel por três meses e tem mais seis meses para ser despejado em caso de falta de acordo. Porém, o texto aprovado pelo Congresso permitia que o proprietário de um imóvel comercial exigisse a desocupação do imóvel em 15 dias, caso recebesse uma oferta melhor, a qualquer momento. Mas esse dispositivo foi vetado.

Os vetos do presidente alte-



Marconi quer combater despesas de "natureza perdulária" pela União

## Proposta impõe limite a gastos com pessoal

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) poderá ser modificada para ampliar as restrições ao aumento do gasto da União com pessoal. A proposta (PLS 507/09 – Complementar) foi apresentada pelo senador Marconi Perillo (PSDB-GO) e está pronta para ser votada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A primeira limitação estabelece que a admissão ou contratação de pessoal ficará condicionada à realização de investimentos na qualificação do quadro de servidores já existente em montante equivalente a, no mínimo, 25% do gasto programado. Da mesma forma que o autor do projeto, o relator na CAE, Valdir Raupp (PMDB-RO), acredita que a medida vai aperfeiçoar a estrutura da administração pública.

Outra mudança vincula o crescimento da despesa com pessoal ao aumento nos investimentos. Se não houver liberação de verbas para investimentos no exercício anterior, a despesa com pessoal não poderá ser ampliada. De todo modo, os gastos com funcionários não deverão superar o percentual de gastos com investimentos.

O atendimento aos limites estabelecidos terá de considerar as dotações orçamentárias liquidadas. O descumprimento dessas exigências impedirá a União de contratar operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento da dívida pública e à redução das despesas totais com pessoal.

Para Marconi Perillo, essa reforma se faz necessária "tanto para evitar gastos correntes de natureza perdulária como para promover relação mais condizente entre, de um lado, o aumento da máquina e, de outro, os investimentos públicos e o aprimoramento da própria estrutura do Estado".

raram principalmente as regras para a locação de imóveis comerciais. Um dos dispositivos vetados impunha que empresas que fizessem qualquer mudança societária dependessem da anuência dos donos dos imóveis alugados.

O presidente também vetou o artigo que podia dar ao inquilino de imóveis comerciais direito a indenização para ressarcimento de prejuízos e de lucros cessantes. Isso poderia ocorrer, por exemplo, nas situações em que o proprietário retomasse o imóvel alegando necessidade de fazer obras e acabasse não cumprindo esse compromisso num prazo de três meses.

Outro veto postergou a entrada em vigor da lei em 45 dias. Da forma como saiu do Congresso, a lei valeria a partir do momento que fosse publicada. Mas o governo argumentou que a lei, de ampla repercussão, necessita de tempo para que se tome conhecimento dos seus efeitos. (Com Agência Brasil)

**A nova lei pode ajudar a reduzir o déficit habitacional, por diminuir os riscos para proprietários**

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira  
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, João Carlos Teixeira e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva  
Revisão: André Falcão, Ery Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Maria do Carmo Alves sugere programa de substituição das sacolas de plástico comum no prazo de cinco anos, para conter danos ao meio ambiente

# Projeto estimula uso de embalagem biodegradável

PREOCUPADA COM O descarte indiscriminado de sacolas de plástico, a senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) apresentou projeto de lei criando o Programa de Substituição de Embalagens Plásticas Convencionais por Biodegradáveis. A troca, segundo a proposta, deverá ocorrer no prazo de cinco anos, contados a partir da publicação da lei.

A proposição será votada em decisão conclusiva pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) e tem como relator o senador Valter Pereira (PMDB-MS).

A proposta (PLS 259/07) prevê a concessão de incentivos fiscais e creditícios, bem como cooperação técnica entre o setor público e o privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, com vistas à adoção de tecnologias inovadoras de fabricação de plásticos biodegradáveis.

## Poluição

A senadora argumenta que somente medidas como reciclagem e mudanças de padrão de consumo pela sociedade não

**Números assustadores**

Perigo real e imediato para o meio ambiente, sacolas plásticas são produzidas à razão de 1 milhão de unidades por minuto

- De acordo com ambientalistas, as sacolas de plástico demoram pelo menos **300 anos** para sumir no meio ambiente.
- Em todo o mundo são produzidos **500 bilhões** de unidades a cada ano, o equivalente a **1,4 bilhão por dia** ou a **1 milhão por minuto**.
- No Brasil, **1 bilhão** de sacolas são distribuídas nos supermercados mensalmente – o que dá **66 sacolas** por brasileiro ao mês.

Fotos: Stock/CHMG

Fonte: Portal Planeta Sustentável (<http://planetasustentavel.abril.com.br>)

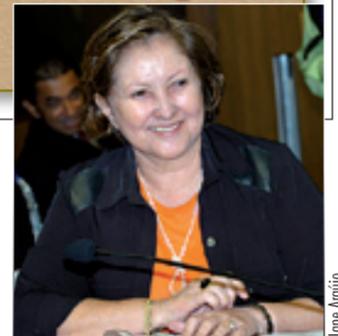
serão suficientes para reverter a poluição causada pelas embalagens plásticas, tão disseminadas na sociedade de hoje.

– A solução passa pela fabricação de plásticos que possam ser degradados em menos tempo, como os congêneres biodegra-

dáveis que podem ser transformados em compostos orgânicos presentes no solo – explica Maria do Carmo Alves.

Ela destaca que os incentivos fiscais e creditícios representam estímulos potentes para fabri-

cantes de embalagens plásticas ou usuários de grandes quantidades adotarem práticas mais ambientalmente saudáveis com vistas à prevenção e ao controle da poluição, bem como à proteção da qualidade do meio ambiente e da saúde humana.



Maria do Carmo: "Medidas atuais não bastam para reverter poluição"

## Proposta de Marisa assegura representante para trabalhadores

Se depender de projeto da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) que está na pauta da reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) de amanhã, a empresa com mais de 200 funcionários poderá realizar eleição para um representante dos empregados, conforme prevê o artigo 11 da Constituição.

A proposta (PLS 252/09), que terá análise terminativa na CAS, recebeu parecer favorável do relator, Cristovam Buarque (PDT-DF). Segundo Marisa Serrano, a representação dos trabalhadores não se confunde com representação sindical, mas corresponde a um canal permanente de diálogo entre os empregados e o empregador em questões individuais, mais imediatas.

Ela entende que somente setores econômicos mais organizados, como o automotivo, têm



Marisa: preceito constitucional não é respeitado na maioria das empresas

a garantia de seus direitos por meio de negociações coletivas. Mas a representação do trabalhador é um direito constitucional, diz a senadora.

– Não é concebível que apenas determinados segmentos de trabalhadores, mais organizados

e com forte poder de pressão e negociação coletiva, consigam cumprir um preceito constitucional de tal magnitude.

A senadora ressalta a existência de controvérsias na doutrina e na jurisprudência trabalhistas, que trouxeram insegurança jurídica aos empresários e teriam tornado o artigo constitucional "praticamente ineficaz".

Em seu parecer, Cristovam modificou a ementa para, segundo ele, deixar mais claro que a finalidade da proposta é promover o entendimento direto entre empregados e empregadores, conforme estipula o artigo 11 da Constituição.

Em seu entendimento, o texto do projeto dá aos representantes dos empregados e seus suplentes condições para o exercício pleno da representação e para assegurar a democracia interna

em suas escolhas e substituições, quando necessárias. Ele assinala, por exemplo, a importância da proteção contra a demissão imotivada e as transferências unilaterais, assim como da garantia de liberdade de opinião e de dispensa remunerada para o trabalho decorrente do exercício do mandato. Um dos artigos da proposta prevê justamente a dispensa remunerada do trabalho por pelo menos quatro horas semanais para exercer a função, o que Roberto Cavalcanti (PRB-PB) pretendia derrubar.

Cristovam manteve o trecho que estipula como atribuição do representante e de seu suplente a fiscalização e o acompanhamento do cumprimento de leis trabalhistas e previdenciárias, além dos acordos, convenções e contratos coletivos de trabalho.



Paim: exame médico para aposentado idoso é uma violência

## Paim defende dispensa de perícia para aposentados

Projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que visa dispensar aposentados por invalidez com idade superior a 60 anos do exame médico-pericial está em análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na qual receberá decisão terminativa. O senador Paulo Duque (PMDB-RJ) será o relator da proposta (PLS 302/07).

O primeiro decreto originado da lei que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/91) determinava exames bienais apenas para os aposentados por invalidez com menos de 55 anos. Outro decreto do Poder Executivo eliminou o limite de idade, ficando o exame obrigatório para todos os aposentados por invalidez, explica Paim.

A exigência, enfatiza o senador, penaliza os idosos, muitos deles com dificuldade de locomoção.

"O Congresso tem a obrigação de eliminar todo tipo de violência cometida contra os idosos e temos aí um exemplo dos mais revoltantes", afirma o parlamentar.

## Pequena empresa poderá ter isenção de taxa nos pregões eletrônicos

Interessados em ofertar bens e serviços para a administração pública poderão ficar isentos do pagamento de taxas por uso de sistema eletrônico para participação em licitações. O autor da proposta (PLS 349/09), senador Raimundo Colombo (DEM-SC), argumenta que a cobrança de tarifas, mesmo a título de ressarcimento de custos, está contribuindo para afugentar potenciais competidores, principalmente os de pequeno porte.

Ele informa que, em 2002, começou a funcionar o sistema de licitações eletrônicas do Banco do Brasil, que cobra uma taxa de cerca de R\$ 300 por ano para o licitante se cadastrar e participar de licitações, o que resulta em

uma arrecadação de R\$ 36 milhões. Segundo o senador, o sistema vem tendo um crescimento vertiginoso, com registro de 55 mil operações em 2008 e com movimentação ao redor de R\$ 12 bilhões, considerando entes públicos e privados. O número de licitantes cadastrados chegava a 120 mil, quando da apresentação do projeto, em agosto do ano passado.

– Segundo o banco, essa taxa é cobrada a título de ressarcimento de custos. Porém, o montante arrecadado possivelmente transformou o sistema em um negócio altamente lucrativo para a instituição – afirmou Raimundo Colombo.

No caso de licitação pública,

explicou ainda o senador, a legislação atual faculta cobrança de taxas apenas a título de ressarcimento de custos. No entanto, as taxas cobradas dos licitantes pelo Banco do Brasil não fazem distinção se irão participar de licitação pública ou privada.

– Assim, o preço do negócio feito para ser lucrativo é o mesmo daquele que deveria ser sem fins lucrativos – lamentou.

O projeto, que tem parecer favorável do relator, Wellington Salgado (PMDB-MG), define como obrigação da administração pública o custeio integral dos valores gastos com a utilização do sistema eletrônico de licitação.

A proposta está pronta para



Colombo revela que sistema do Banco do Brasil tem 120 mil inscritos

ser votada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e seguirá depois para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa.

# Os agentes de saúde e a prevenção de doenças

Criado no início dos anos 1990, o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs) do Ministério da Saúde baseou-se em experiências de prevenção de doenças por meio de informações e orientações sobre cuidados de saúde. Os agentes comunitários de saúde atuam junto à população de sua

própria comunidade e atendem entre 400 e 750 pessoas, de acordo com as necessidades locais. Conheça mais sobre o trabalho dessa categoria e dos agentes de combate às endemias, que devem ter um piso salarial regulamentado em breve, logo após a promulgação da já aprovada Proposta de Emenda à Constituição 54/09.



O agente de saúde José Luís realiza visita a moradores na Cidade Estrutural, Distrito Federal: trabalho é valorizado pela população, mas faltam recursos

## Piso salarial deve ser fixado em breve

Deve ser promulgada neste início de ano legislativo a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 54/09, que determina a fixação de piso salarial profissional nacional e a estruturação de plano de carreira para os agentes comunitários de saúde e os de combate às endemias. A proposta foi relatada pela senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), para quem a medida irá valorizar aqueles profissionais, incentivando a dedicação ao importante trabalho que realizam.

Em seu parecer, a senadora determinou que uma lei federal estabeleça as diretrizes para a elaboração do plano de carreira da categoria. Um projeto de lei da própria Patrícia, que prevê um piso nacional de R\$ 930 para a categoria (PLS 196/09), já foi aprovado pelo Senado e tramita atualmente na Câmara.

O agente comunitário de saúde José Luís dos Santos Alves, de 36 anos, trabalha desde 2004 na Cidade Estrutural, localidade do Distrito Federal. Ele relata que as dificuldades para exercer seu trabalho são grandes devido à falta de recursos para desempenhar atividades de educação junto à comunidade. Vinculado ao Centro de Saúde nº 1 do Guarará, José Luís afirma que não há, por exemplo, uma sala específica equipada para mostrar vídeos educa-

tivos às pessoas da localidade.

– Até mesmo a melhoria do salário está sempre sendo protelada e dificultada, criando uma expectativa frustrada – conta ele, frisando, no entanto, que sua situação no DF é melhor do que a de colegas do resto do país.

José Luís afirma que sua rotina diária consiste em chegar ao Posto de Saúde da Estrutural, programar as visitas e sair a campo. Em média, são feitas dez visitas ao dia, com a orientação e acompanhamento dos problemas de cada família. Segundo ele, há casos com agravantes, como acompanhamento de idosos com diabetes, que chegam a necessitar de quatro visitas ao mês.

– O agente comunitário de saúde acaba sendo referência dentro da comunidade e é sempre chamado pelas famílias na tomada de decisões importantes – diz José Luís.

O agente explica ainda que costuma trabalhar em parceria com os agentes de combate às endemias, ligados sobretudo à prevenção da dengue. Para José Luís, todo serviço de atenção básica ao cidadão faz uma grande diferença no bem-estar de todos.

– Quando olhamos pra trás, vemos que as pessoas estão bem melhor após serem acompanhadas e tratadas há anos – afirma.

## Ministério da Saúde regulamenta atividades

O agente comunitário de saúde atua na prevenção de doenças e na promoção da saúde por meio de visitas individuais ou coletivas a domicílios ou a comunidades. As atividades são desenvolvidas de acordo com regras do Sistema Único de Saúde (SUS) e sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal. A Lei 11.350/06 considera como atividades do agente comunitário de saúde:

- \* a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade;
- \* a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva;
- \* o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;
- \* o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;
- \* a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família;
- \* a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.

O agente de combate às endemias exerce atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, também desenvolvidas conforme regras do SUS e sob supervisão do gestor de um dos níveis da Federação.

## Mais de 230 mil profissionais em quase todos os municípios

Números do Ministério da Saúde informam que há mais de 230 mil agentes comunitários de saúde em atividade no país, distribuídos em 5.349 municípios. Eles estão presentes tanto em comunidades rurais e periferias urbanas quanto em municípios urbanizados e industrializados. Atualmente, recebem pelo menos um salário mínimo. Os recursos para o pagamento desses profissionais vêm dos governos federal, municipais e, em menor escala, dos governos estaduais. O Pacs está incluído na estratégia de Saúde da Família, cujas equipes acompanham famílias em regiões específicas, prestando-lhes assistência básica de saúde. As equipes

incluem, além dos agentes comunitários de saúde, médicos e enfermeiros, entre outros profissionais.

Os agentes de combate às endemias foram profissionais inicialmente vinculados à extinta Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam), do Ministério da Saúde, depois absorvidos pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Em 2003, após reestruturação do ministério, a maior parte desses profissionais foi cedida para os estados, Distrito Federal e municípios, mantendo-se ligados à Funasa como servidores públicos federais. Existem também outros agentes de combate às endemias vinculados diretamente a estados

e municípios, algumas vezes por meio de contratos precários.

A Lei 11.350/06 regulamenta e define as atribuições das duas categorias. Conforme a legislação, o agente comunitário de saúde deverá:

- \* residir na área da comunidade em que atuar;
- \* ter concluído curso introdutório de formação inicial e continuada;
- \* ter concluído o ensino fundamental.

Para o agente de combate às endemias, somente os dois últimos requisitos são exigidos. A lei fixou ainda que os agentes devem ser contratados por meio de processo seletivo público.

## Projetos de lei mudam regras da categoria

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 10/08, do então senador Expedito Júnior, estabelece que a União somente repassará aos gestores locais do Sistema Único de Saúde (SUS) recursos para o pagamento dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias que tiverem o seu vínculo formalizado.

A proposta foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em decisão terminativa e seguiu para a Câmara dos Deputados.

O PLS 323/09, do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), determina que os agentes comunitários admitidos pelos gestores locais do SUS e pela Fundação Nacional de Saúde sejam regidos pelo regime jurídico único referente ao estado ao qual estão vinculados e não mais pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como prevê atualmente a Lei 11.350/06.

A proposta aguarda exame na Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça (CCJ) e na CAS, e terá decisão terminativa nesta última.

O PLS 412/09, do senador João Vicente Claudino (PTB-PI), concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre motocicletas e bicicletas e reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, desses bens, quando adquiridos por agentes comunitários de saúde.

A proposta aguarda análise na CAS e na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta última decisão terminativa.

### Saiba mais

**Ministério da Saúde**  
**Depto. de Atenção Básica**  
Edifício Premium – SAF Sul,  
Quadra 2, Lt 5/6, Bl. II, subsolo  
Brasília (DF) – CEP 70070-600  
(61) 3306-8044  
[www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)

**Confederação Nacional dos**  
**Agentes Comunitários de**  
**Saúde**  
Rua 20, Qd 76, Lt 124, 1008  
Setor Central – Goiânia (GO)  
CEP 74020-170  
(62) 3212-4632  
[www.conacs.com.br](http://www.conacs.com.br)